



COMUNICADO 2013-09-27

Os resultados da 2.^a fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior de 2013, vem confirmar a posição já anteriormente tomada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A observação do quadro síntese que se apresenta é revelador da catástrofe que foi a colocação nacional dos candidatos de engenharia nos estabelecimentos de ensino público politécnico e universitário.

	Vagas colocadas a concurso	Vagas de recolocação	Total de vagas	Estudantes Colocados	Vagas não ocupadas
Licenciaturas (L1)	4867	232	5099	1297	3802
Licenciaturas (C.Eng. ^a)	47	9	56	18	38
Total L1	4914	241	5155	1315	3840
Mestrados Integrados (MI)	1339	267	1606	952	654
Preparatório de MI	4	2	6	3	3
TOTAL			6767	2270	4497

Figura 1 – Oferta e colocação nos Cursos de Engenharia – fonte DGES

Desde logo, os cursos conferentes dos graus que se apresentam, Licenciados em Engenharia, Licenciados em Ciências de Engenharia, Mestrados Integrados em Engenharia e Preparatórios de Mestrados Integrados em Engenharia apresentam 6.767 vagas, tendo sido ocupadas menos de metade.

É nosso entendimento que a crise na construção civil não serve de justificação para este cenário desolador. De igual modo, também as provas de acesso de matemática A e a física A não justificam este “desastre”.

	Vagas colocadas a concurso	Vagas De recolocação	Total de vagas	Estudantes Colocados	Vagas não ocupadas
Licenciaturas (L1)	645	1	646	10	636
Mestrados Integrados (MI)	507	27	534	149	385
TOTAL			1180	159	1021

Figura 2 – Oferta e colocação nos Cursos de Engenharia Civil – fonte DGES

A OET está certa que muito outros factores contribuem para este resultado e, de entre eles, certamente ressaltará a pouca coerência das propostas dos cursos, com graus diversos, que têm sido apresentados pelas escolas, numa tentativa, das que apresentam Mestrados Integrados, esmagarem as escolas que oferecem Licenciaturas em Engenharia. Para ajudar a instalar a confusão, aparecem algumas escolas a oferecer “preparatórios” para os Mestrados Integrados e ainda as “Licenciaturas em Ciências de Engenharia” que dificilmente habilitam para a profissão porque não incluem os aspectos essenciais das ciências da especialidade.

Tudo isto, contribui para aumentar a descredibilização do ensino da Engenharia em Portugal e em particular a Engenharia Civil. **É necessário que o espírito de Bolonha seja cumprido, com o 1º ciclo a fornecer a habilitação necessária para o exercício da profissão. É, igualmente, necessário que os cursos de 1º ciclo em engenharia que não conferem esta habilitação profissional sejam compelidos a fazê-lo, sob pena de encerrarem.** É necessário desfazer os verdadeiros “crimes” que foram feitos a algumas licenciaturas de 1º ciclo em engenharia a pretexto da “acreditação” na Ordem dos Engenheiros. Agora, com estes números, constatamos que foram os “clientes” desses cursos a darem uma resposta eloquente.

Identificados que estão os problemas, urge encontrar uma solução para os mesmos. A Ordem dos Engenheiros Técnicos apela ao Governo para que tome decisões sem ceder a pressões corporativas, na defesa intransigente do interesse nacional.

Lisboa, 27 de Setembro de 2013

Augusto Ferreira Guedes
Bastonário